

Site: www.semeadoras.com



A SEMENTE DO MOVIMENTO

Dezenas de mulheres dividem as mesmas marcas deixadas pelo machismo e pelas privações no mundo rural. As agricultoras viveram por muitos anos sem direitos e sem reconhecimento, tanto de seu trabalho na agricultura, como de sua própria identidade.

Até a década de 1980, as agricultoras não possuíam direitos previdenciários e eram discriminadas pela sociedade e pelo governo. Diante desta realidade, estas mulheres sentiram a necessidade de se organizar. No Oeste Catarinense, o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) surgiu na década de 1980, ao mesmo passo que foi surgindo em outros Estados do Brasil, com o intuito de discutir o papel da mulher agricultora e os seus direitos. Levou o nome de Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina (MMA/SC) até 2004, quando passou a ser conhecido como é hoje.

Os primeiros encontros do MMC ocorreram em 1983, na cidade de Nova

Itaberaba. De início, contavam com pouco mais de 20 mulheres e aconteciam dentro da Igreja Católica, com apoio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Nessa época, a Teologia da Libertação ganhava força nas comunidades rurais. Esta corrente tem como base os ensinamentos de Jesus Cristo e promove o combate à opressão contra os mais pobres. Sem a Igreja, que oferecia espaços para discussão de problemas e direitos dos trabalhadores, diversos movimentos sociais do Oeste Catarinense provavelmente não teriam existido. No surgimento do Movimento de Mulheres Camponesas, esta influência pode ser personificada no bispo Dom José Gomes, um dos principais precursores da Teologia da Libertação na região.

A doutora em sociologia política Valdete Boni explica que, para a sociedade, o local da mulher agricultora era naturalmente em casa, no cuidado dos filhos. Esse incentivo da Igreja abriu a brecha para que estas mulheres pudessem refletir sobre sua realidade e organizarem sua busca por direitos. "Não tem como separar o movimento de mulheres de uma organização da Igreja, e isso é muito interessante do ponto de vista da socialização no meio rural. Nas comunidades rurais, a igreja é um lugar que se permite que a mulher vá. Esse foi um dos primeiros lugares ocupados. A participação feminina começou a partir dessa abertura, do trabalho público das mulheres. A saída das mulheres do meio rural se deu através da Igreja".

A partir daí, o MMC assumiu a identidade de movimento "autônomo, democrático, popular, feminista e de classe, com a perspectiva socialista" (MMC/Brasil). A primeira dificuldade vista foi a falta de direitos previdenciários, que fez muitas mulheres se juntarem à luta entre o fim da década de 1980 e meados de 1990, como conta Valdete Boni. "A questão previdenciária juntou muitas mulheres, porque gerou autonomia financeira, e elas geraram uma movimentação muito grande. E aí entrou a Igreja, porque pra elas fazerem toda essa parte de organização política, ir para Brasília, organizar ônibus, faziam arrecadações na hora do culto dominical. A questão previdenciária foi o que deu o boom no movimento, uma grande conquista para as mulheres na década de 90. Foi um período que o Movimento cresceu bastante".

Brasília, organizar ônibus, faziam arrecadações na hora do culto dominical. A questão previdenciária foi o que deu o boom no movimento, uma grande conquista para as mulheres na década de 90. Foi um período que o Movimento cresceu bastante".

Movimento cresceu bastante"



1º Congresso Nacional de Mulheres Camponesas do Brasil, realizado em 2004. Mulheres de todo o país se reuniram em Brasília, e a presidente Lúcia Inácio



1º Congresso Nacional de Mulheres Camponesas do Brasil, realizado em 2004. Mulheres de todo o país se reuniram em Brasília, e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva estava presente no evento. Fotos divulgação/MMC.

Com a pressão do MMC e de outros movimentos rurais, muitos direitos foram conquistados com a Constituição Federal de 1988 e as leis previdenciárias em 1991. Entre eles estão o direito à aposentadoria aos 55 anos, salário-maternidade e o reconhecimento da profissão, mas a luta por direitos não parou. Em 1994, ao perceberem que boa parte das mulheres agricultoras não possuíam documentos e, sendo assim, não teriam acesso às políticas e serviços públicos mais básicos, o Movimento de Mulheres Camponesas criou a campanha "Nenhuma Trabalhadora Rural sem Documentos". A partir de encontros, caravanas e ações de conscientização, as representantes do grupo foram oportunizando às mulheres rurais de Santa Catarina e de todo o Brasil documentos de identidade. Na cartilha do MMC Brasil, que leva o mesmo nome da campanha, as mulheres relatam: "A partir deste primeiro encontro, vamos nos comprometer a dar continuidade a nossa luta para que todas as mulheres trabalhadoras rurais do Brasil possam obter seus documentos pessoais e profissionais. Todas nós podemos fazer alguma coisa para melhorar nossa condição de vida e de cidadania".

A agricultora e dirigente estadual do MMC, Justina Cima, que viveu o Movimento desde as primeiras lutas, conta que a vida da mulher camponesa é essencialmente em comunidade, "Precisamos fortalecer a melhoria de vida das mulheres, de suas famílias e das comunidades rurais. Não existe a vida camponesa sem a vida comunitária, porque a vida camponesa é muito um complemento da outra".

As mulheres perceberam a necessidade de serem politizadas, sendo assim, passaram a estudar e entender o funcionamento da sociedade. Através do Centro de Formação Maria Rosa, localizado em Chapecó, e da organização de cursos e oficinas, as mulheres agricultoras discutem e ensinam umas às outras sobre sistemas produtivos saudáveis, sem a utilização de agrotóxicos, e também sobre direito e legislação. "Muitas pessoas acreditam que, para organizar as mulheres, não se pode entrar na vida política do país. Mas, para nós do Movimento de Mulheres Camponesas, a política está colada à organização. E sabemos que, para isso, a conversa é importante. Dessa forma, temos um sistema de formação a nível estadual com oficinas, onde trabalhamos as plantas medicinais, a saúde, a importância da diversidade do quintal produtivo, além do estudo da realidade social e política", explica Justina.

menorar nossa conaiação de vida e de cidadania .

A agricultora e dirigente estadual do MMC, Justina Cima, que viveu o Movimento desde as primeiras lutas, conta que a vida da mulher camponesa é essencialmente em comunidade, "Precisamos fortalecer a melhoria de vida das mulheres, de suas famílias e das comunidades rurais. Não existe a vida camponesa sem a vida comunitária, porque a vida camponesa é muito um complemento da outra".

As mulheres perceberam a necessidade de serem politizadas, sendo assim, passaram a estudar e entender o funcionamento da sociedade. Através do Centro de Formação Maria Rosa, localizado em Chapecó, e da organização de cursos e oficinas, as mulheres agricultoras discutem e ensinam umas às outras sobre sistemas produtivos saudáveis, sem a utilização de agrotóxicos, e também sobre direito e legislação. "Muitas pessoas acreditam que, para organizar as mulheres, não se pode entrar na vida política do país. Mas, para nós do Movimento de Mulheres Camponesas, a política está colada à organização. E sabemos que, para isso, a conversa é importante. Dessa forma, temos um sistema de formação a nível estadual com oficinas, onde trabalhamos as plantas medicinais, a saúde, a importância da diversidade do quintal produtivo, além do estudo da realidade social e política", explica Justina.

INÍCIO DOCUMENTÁRIO HISTÓRIA JUSTINA CAMONHA ALMA MARCELE SIREI FEMINISMO

OS FRUTOS DA LUTA

O céu recém amanhecido anunciava um dia lindo em Quilombo. As cores do

nascer do dia no oeste do Estado de Santa Catarina se misturam com as plantações de soja e milho que se estendem num horizonte verde. As agroindústrias interrompem as plantações e as estradas de terra nos levam até o interior. A propriedade de Justina Cima, 64 anos, fica na área rural de Quilombo e, às 07h30, ela e seu marido estavam a nos esperar em frente a sua casa. Enquanto punha o café na mesa, Justina nos dizia que quase tudo fora feito através da agricultura familiar: dos doces ao leite que se mistura ao café.

Cada pedaço da pequena propriedade que ela e o marido cultivam tem sua finalidade. Os três hectares parecem imensos quando se vê tudo o que é produzido. "Aqui nós cultivamos milho, feijão, mandioca, abóbora moranga, pipoca, batata, verduras, legumes. Plantamos um pouco de tudo em pequena



pipoca, batata, verduras, legumes. Plantamos um pouco de tudo em pequena quantidade e ainda tem excedente para vender uma parte" explica Justina. Além disso, cuidam de animais como galinhas, perus, vacas, ovelhas e suínos.

Justina conta orgulhosa sobre sua produção diversificada, mas principalmente sobre a relação com a própria terra e o cuidado com a propriedade. "Eu entendo a organização do ambiente não como algo intocável, mas algo que possamos produzir e repor na natureza". Sua lida com a terra e com os animais foram aprendizados desenvolvidos com o tempo e através de estudos.

O início da vida da agricultora não foi fácil. Foram inúmeras privações. "Fui uma menina de família pobre, sem terra, que lutou muito para sobrevivência, com pouca comida, pouca roupa, enfim... faltando tudo. Desde pequena a gente aprendeu a lutar pela sobrevivência."

Ainda jovem, Justina não teve oportunidade de estudar, casou aos 20 anos e mudou-se do Rio Grande do Sul para Santa Catarina. Encontrou seu lugar na comunidade através da Diocese de Chapecó, quando passou a lutar por causas sociais no Oeste Catarinense e participou do início de um dos movimentos feministas mais importantes do Estado. "Em 1983, quando surgiram os primeiros núcleos do Movimento de Mulheres Camponesas, eu comecei a me envolver na comunidade. Fui líder do MMC na comunidade, estive na coordenação municipal do MMC".

O Movimento de Mulheres Camponesas está presente na vida da agricultora desde então. Junto ao grupo, que é composto por mulheres de todas as idades, Justina lutou por direitos, reconhecimento e finalmente teve a oportunidade de estudar. "O meu sonho era ter estudado e ter sido professora. Na época, para fazer ensino médio era preciso sair de casa e ir para uma cidade, pois não se tinha transporte. Isso não foi possível por duas razões: pela condição da pobreza e pela questão patriarcal, pois meus dois irmãos foram para o estudo, e eu e nem minha irmã fomos. E isso era uma dívida comigo mesma. A minha entrada no Movimento e na educação popular foi meio que para preencher esse vazio e esse sonho nunca abandonado".



Justina teve um mandato como vereadora no município de Quilombo, de 1988 a 1992. Além de já ter feito parte da coordenação nacional do MMC.

No Movimento, ela passou a dividir experiências de vida e de lida com a propriedade agrícola e com a natureza. Também pôde discutir temas como família e política, num tempo em que as mulheres agricultoras não possuíam sequer documento. Atualmente, ela divide seu tempo entre o trabalho em casa e o MMC. "Meu companheiro está em tempo integral na propriedade. Eu trabalho parte do tempo, porque parte eu estou na direção estadual do Movimento de Mulheres Camponesas. Em 2019, eu fiz uma média e percebi que trabalhei 16 dias por mês no Movimento e o restante aqui".

Justina completou o ensino básico e prestou vestibular para cursar pedagogia. Aos 60 anos, concluiu a faculdade e emendou uma pós-graduação no curso de

Já ter feito parte da coordenação nacional do MMC.

No Movimento, ela passou a dividir experiências de vida e de lida com a propriedade agrícola e com a natureza. Também pôde discutir temas como família e política, num tempo em que as mulheres agricultoras não possuíam sequer documento. Atualmente, ela divide seu tempo entre o trabalho em casa e o MMC. "Meu companheiro está em tempo integral na propriedade. Eu trabalho parte do tempo, porque parte eu estou na direção estadual do Movimento de Mulheres Camponesas. Em 2019, eu fiz uma média e percebi que trabalhei 16 dias por mês no Movimento e o restante aqui".

Justina completou o ensino básico e prestou vestibular para cursar pedagogia. Aos 60 anos, concluiu a faculdade e emendou uma pós-graduação no curso de Sociologia. Ela atribui estas e outras conquistas pessoais ao MMC. "Nós tínhamos um movimento que tinha como princípio a organização popular, o estudo, a formação, a luta, a mobilização e a discussão coletiva. Fomos discutindo esta dívida social com as mulheres e colocando na nossa pauta de reivindicação. Se não houvesse toda esta luta, eu com certeza seria mais uma agricultora que teria vivido sua velhice na queixa, na mágoa, e não conseguiria fazer este processo de superação de violência contra as mulheres, de não poder ir para a escola só pelo fato de ser mulher".





FORTALECER A LUTA EM DEFESA DA VIDA

A terra nas mãos das agricultoras do Movimento de Mulheres Camponesas, é fonte de

renda, meio que alimenta a luta e o corpo. Um dos princípios do Movimento é usar este elemento tão importante para espalhar vida e saúde. A agroecologia é um dos principais temas discutidos e defendidos pelo MMC. Este sistema de cultivo é sustentável e preza pelos benefícios da natureza e do ser humano. A maior parte das agricultoras participantes do Movimento trabalham com a agricultura familiar, em que a mão de obra é proveniente dos integrantes da própria família e o plantio é feito em pequenas propriedades, para subsistência.

No ano de 2020, o agronegócio correspondeu a 26,6% do PIB brasileiro, segundo dados da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Enquanto boa parte da produção do agronegócio é exportada, a agricultura familiar é cada vez mais presente na mesa dos brasileiros. Mais de 70% dos estabelecimentos agrícolas do país são utilizados pela família. No ano de 2020, o agronegócio correspondeu a 26,6% do PIB brasileiro, segundo dados da

No ano de 2020, o agronegócio correspondeu a 26,6% do PIB brasileiro, segundo dados da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Enquanto boa parte da produção do agronegócio é exportada, a agricultura familiar é cada vez mais presente na mesa dos brasileiros. Mais de 70% dos estabelecimentos agrícolas do país são utilizados pela agricultura familiar e são responsáveis por 48% do valor da produção de café e banana, 80% do valor de produção da mandioca e 42% da produção do feijão, segundo o último censo agropecuário, de 2017. Também de acordo com o estudo, só em Santa Catarina, a agricultura familiar corresponde a metade Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP).

Ao passo que impacta a economia do país, o agronegócio também altera todos os sistemas da natureza. Este modelo traz malefícios desde o solo até os animais, pois depende dos agrotóxicos, transgênicos e muitas vezes faz uso extensivo da monocultura. Ao perceberem a nocividade desse sistema de produção e todo o potencial da agricultura familiar, as mulheres começaram a trazer a pauta da *soberania alimentar* para dentro do MMC. As agricultoras passaram a buscar meios para alimentar de maneira saudável não só as suas famílias como toda a comunidade, além de criar um modelo social, de cultivo sustentável e de respeito à natureza.

Carmem Munarini, ou Carminha, como todos a chamam, tem 65 anos e participa do Movimento de Mulheres Camponesas em Chapecó. Sua propriedade fica na linha Faxinal dos Rosas, área rural da cidade, onde trabalha e cultiva com seu marido. Ela e a família já lidaram com várias atividades agrícolas dentro da pequena propriedade, inclusive, passaram quase 30 anos trabalhando com sistema de integração com a empresa Sadia. Até que um dia o filho sugeriu uma nova modalidade de produção para os pais: a agrofloresta. A partir daí, a propriedade, o cultivo e a própria concepção de *soberania alimentar* de Carminha mudaram completamente.



"(...) A GENTE VÊ QUE É POSSÍVEL DENTRO DE UM HECTARE DE TERRA ALIMENTAR 30, ATÉ 40 FAMÍLIAS. NAQUELE PEDACINHO DE TERRA... É COMO QUE DIZEM QUE NÃO PODEM



"(...) A GENTE VÊ QUE É POSSÍVEL DENTRO DE UM HECTARE DE TERRA ALIMENTAR 30, ATÉ 40 FAMÍLIAS. NAQUELE PEDACINHO DE TERRA. E COMO QUE DIZEM QUE NÃO PODEM, QUE TEM QUE PLANTAR COM VENENO PORQUE SENÃO O POVO PASSA FOME? É UMA MENTIRA DESLAVADA"

Ela conta que boa parte do conhecimento para essa nova "empregada" veio dos cursos e encontros sobre quintais produtivos e segurança alimentar fornecidos pelo MMC. "Muitas coisas sobre agrofloresta eu aprendi no Movimento de Mulheres Camponesas. Foi a facilidade que eu não tive oportunidade de fazer. Inclusive sobre a agroecologia: como produzir alimentos saudáveis, limpos do uso de qualquer tipo de veneno e produtos transgênicos. Dessa forma, começamos a trabalhar ao redor de casa, no quintal, como chamamos."

Frutas, hortaliças e legumes, plantas medicinais, galinhas, porcos, vacas, açude com peixes: tudo é produzido através do sistema agroflorestal, que oportuniza a diversidade alimentar e mantém a natureza do local preservada. Os animais, os cultivos agrícolas e a floresta natural se desenvolvem em harmonia.

Feliz e realizada, Carminha conta que até uma fonte de água ela conseguiu recuperar através do método de agrofloresta. Além disso, o impacto do projeto atingiu não só sua família e sua propriedade, mas outras famílias também se beneficiaram. "Está dando muito certo, estamos com a floresta quase pronta. Produzimos alimentos para as nossas



famílias, mas como tiveram excedentes, passamos a fazer cestas de produtos para entregar nas casas. A cesta é bem sortida e tem de oito a dez produtos. Nós escolhemos os produtos pelo que nós temos, então sempre tem um tipo de raiz, grãos, farinha, verduras e frutas. Vamos intercalando, uma semana põe uma coisa, outra semana outra. Hoje alimentamos cerca de 30 famílias”.



Carminha recebe em sua propriedade diversos grupos e pessoas que querem aprender sobre agroecologia.

Antes um cultivo apenas para subsistência, as cestas provenientes da agrofloresta viraram fonte de renda para Carminha e sua família. “O lema do Movimento é fortalecer a luta em defesa da vida, a gente já está falando da natureza, alimento saudável. Fazer a agrofloresta, que aprendi dentro do Movimento, foi muito importante porque me realizei muito. Eu estou vendo uma coisa que eu nunca tinha visto, que é crescer uma floresta tendo essa diversidade”, diz Carminha.

Ao passar os olhos na propriedade bem cuidada e semeada, e ao falar com carinho sobre tudo o que brota da terra, Carminha se emociona com todos os frutos que a agrofloresta gerou. Ela desabafa sobre o uso de agrotóxicos na maior parte dos alimentos que consumimos: “Fico indignada de ver tanta terra boa que Deus nos deu e as pessoas só comendo veneno. Quando a gente vai conseguindo fazer agrofloresta na prática, isso emociona, sabe? A gente vê que é possível dentro de um hectare de terra alimentar 30, até 40 famílias. Naquele pedacinho de terra. E como que dizem que não podem, que tem que plantar com



Carminha recebe em sua propriedade diversos grupos e pessoas que querem aprender sobre agroecologia, mostrando a sua agrofloresta e dividindo os seus conhecimentos.

sobre tudo o que brota da terra, Carminha se emociona com todos os frutos que a agrofloresta gerou. Ela desabafa sobre o uso de agrotóxicos na maior parte dos alimentos que consumimos: “Fico indignada de ver tanta terra boa que Deus nos deu e as pessoas só comendo veneno. Quando a gente vai conseguindo fazer agrofloresta na prática, isso emociona, sabe? A gente vê que é possível dentro de um hectare de terra alimentar 30, até 40 famílias. Naquele pedacinho de terra. E como que dizem que não podem, que tem que plantar com veneno porque senão o povo passa fome? É um mentira deslavada”



Santa Catarina é o Estado brasileiro com o maior índice de mulheres à frente das propriedades rurais, de acordo com o Censo Agropecuário de 2017. Através de encontros e oficinas no Movimento de Mulheres Camponesas, Carminha ajuda outras agricultoras a começarem o cultivo saudável de alimentos e a terem a sua própria geração de renda e autonomia. “O MMC para mim é uma fortaleza, uma fonte onde a gente busca esperança, conhecimento, capacitação, força. Então uma mulher fortalece a outra nas nossas conversas, nas nossas trocas de experiência, e isso é importante para nós. Por isso que a gente diz que nenhuma mulher se liberta sozinha, uma precisa da outra pra se libertar”

PITANGA ROSA

A utilidade das plantas vai além da alimentação. Elas possuem também componentes

que tratam e curam doenças. A poucos quilômetros da morada de outra companheira do MMC, a Carminha, a agricultora Rosalina Nogueira, 69 anos, abriu a sua casa, e dedicou parte de sua propriedade e vida para a criação de um projeto que traz saúde para a comunidade e todos que a procuram, a Associação Pitanga Rosa, um dos frutos do MMC.

Na propriedade de Rosalina, na linha Faxinal dos Rosas, zona rural de Chapecó, as ervas medicinais são cultivadas ao redor da casa de dois pisos e em quintais no imóvel. Elas dividem o espaço da propriedade com o plantio do alimento, tudo perfeitamente organizado e cuidado sem o uso de agrotóxicos. Cada uma das dezenas de plantas tem uma utilidade e, através do conhecimento de Rosalina, advindo de anos de experiência e estudos, viram xaropes, pomadas, comprimidos e florais.

A vontade de criar o coletivo surgiu quando Rosalina percebeu que o conhecimento popular sobre as plantas medicinais, as sementes crioulas e o uso de remédios caseiros estavam se perdendo. A agricultora é descendente de índios e traz consigo as memórias e os saberes da mãe, da avó e das mulheres da família. A existência do Pitanga Rosa deixa viva a cultura e a sabedoria popular herdada de seus antepassados. "Nós trabalhamos muito a questão da agroecologia, da terra, da semente e principalmente o resgate da cultura camponesa. Um dos aspectos da cultura dos descendentes dos caboclos era o uso das plantas medicinais como remédio. Eu trago isso dos meus antepassados que já viviam com o remédio da própria planta", conta Rosalina.

Atualmente, a Associação possui quatro equipes feitas apenas por mulheres voluntárias. Com o aumento da demanda, os encontros para a produção dos remédios passaram a acontecer duas vezes na semana. A agricultora destaca que cada produto tem uma função correta e que tudo precisa ser feito e utilizado com consciência e cuidado. "Uma equipe colhe as plantas, corta, pica, põe no secador, faz os comprimidos, os xaropes, as pomadas, e a outra equipe embala, escreve, põe em vidros, e o povo vem e busca. Eu estudei muito pra atender bem e exijo cuidado com as plantas. Nós manipulamos

passaram a acontecer duas vezes na semana. A agricultora destaca que cada produto tem uma função correta e que tudo precisa ser feito e utilizado com consciência e cuidado. "Uma equipe colhe as plantas, corta, pica, põe no secador, faz os comprimidos, os xaropes, as pomadas, e a outra equipe embala, escreve, põe em vidros, e o povo vem e busca. Eu estudei muito pra atender bem e exijo cuidado com as plantas. Nós manipulamos elas para fazer remédio, sendo assim, nós temos que conhecer para saber para que usar, e a pessoa tem que conhecer pra saber de que jeito ela vai consumir. É um trabalho muito sério, feito com muita responsabilidade."

Desde 2006, o Governo Federal implementa ações e incentivos para o uso das plantas medicinais. De acordo com o Decreto Nº 5.813, de 22 de junho de 2006, existem benefícios dos fitoterápicos nos tratamentos e prevenções de doenças, ressaltando ainda a utilização dessas opções terapêuticas no SUS. O Pitanga Rosa já participou de projetos de incentivo, ganhou prêmio e reconhecimento nacional em 2013 por conta do trabalho feito. O que trouxe ainda mais empenho e determinação para o grupo. "As mulheres aqui se sentiram muito reconhecidas. Muitas nunca tinham ido a Brasília e foram por conta do Pitanga Rosa. Para nós foi uma grande vitória que recebemos das mãos da presidenta Dilma Rousseff", conta Rosalina.

A agricultora esteve presente no Movimento de Mulheres Camponesas desde o seu surgimento. Foi através dele que conseguiu fazer cursos para aprimorar o conhecimento que já possuía sobre as plantas e se tornar homeopata. Hoje, ela promove capacitação para as mulheres do MMC e multiplica os saberes do poder das plantas fitoterápicas. "Foi através do Movimento que as mulheres entenderam que precisamos nos organizar para fazer parte da produção do alimento saudável, e também do nosso remédio, da prevenção da nossa saúde. O Pitanga Rosa leva para as mulheres esse exemplo."



Todos os produtos feitos pela Associação Pitanga Rosa são vendidos por um valor simbólico, que contribui na manutenção do projeto.





TERRA: SUBSTANTIVO FEMININO

Apenas a alguns quilômetros do centro de Chapecó, a dicotomia do urbano e do rural

novamente aparece. As estradas de chão e as plantações mudam o cenário da cidade e anunciam que estamos na zona rural do município. A placa com os dizeres Pachamama, que significa "Mãe Terra", sinaliza a entrada da propriedade de Marilete Molinari, localizada no assentamento Dom José Gomes, linha Água Amarela.

O assentamento, que leva o nome do bispo e principal fomentador dos movimentos sociais no Oeste Catarinense, possui aproximadamente 30 famílias assentadas que vivem da agricultura familiar. Marilete e o companheiro, Pedro, não são diferentes: produzem tudo o que consomem. A pequena propriedade possui animais, horta e árvores frutíferas ao redor da casa, tudo semeado de acordo com o método agroecológico. Como muitas agricultoras

da casa, tudo semeado de acordo com o método agroecológico. Como muitas agricultoras do Movimento de Mulheres Camponesas, ela entende o agrotóxico como um grande mal para a natureza: "Para que serve o veneno e o revólver? Só servem para matar, não tem outra utilidade".

A agricultora conta que a rotina não é fácil. Muito é feito para que a propriedade esteja sempre em ordem e dê os frutos esperados. Marilete mora no assentamento há apenas 5 anos, mas o seu amor pela terra esteve presente em todos os momentos da sua vida e nas idas e vindas da sua relação com o rural. "Nasci e me criei no interior, sempre morei na roça com os meus pais. Com uns 14 anos vim para a cidade para estudar, mas meus pais eram muito doentes e moravam sozinhos na roça. Estudei até a quinta série e voltei para cuidar deles, me casei, tive filhos. Meus pais ficaram cada vez mais doentes e tivemos que vender a propriedade para ficar na cidade, mais perto de recurso médico", conta Marilete.

Depois da morte dos pais e de uma gravidez nas trompas, a depressão chegou e a agricultora retomou os estudos para conseguir voltar à vida. "Voltei pra escola com trinta e poucos anos, fiz o ensino fundamental e médio, e fui pra universidade. Cursei pedagogia, na sequência fiz a pós graduação em educação especial. A partir daí eu vivi um tempo bem feliz na minha vida". Com o fim do casamento e a separação, Marilete enfrentou novos desafios, mas tempo depois encontrou o seu caminho de volta para a roça através de um novo amor. "Fui trabalhar na assessoria da deputada Luciane Carminatti, trabalhei na pastoral, fiz cursos a partir da Diocese de Chapecó, conheci outras pessoas e Estados. Quando voltei, encontrei o amor da minha vida. Então voltei para a roça e assumi de novo as minhas origens de agricultora", relembra.

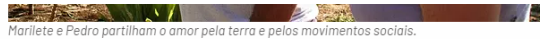
Ela conta que muitas mudanças de sua vida não foram fáceis. A força e a resiliência que precisava ela encontrou no Movimento de Mulheres Camponesas, do qual participa desde 2009. "Durante a minha separação e em toda a minha trajetória de vida, eu achei forças para encontrar uma vida nova, para me empoderar, ver que eu tenho valor, a partir do MMC. Foi onde eu encontrei companheirismo, onde me vi como pessoa e

"PARA QUE SERVE O VENENO E O REVÓLVER? SÓ SERVEM PARA MATAR, NÃO TEM OUTRA UTILIDADE"

muito importantes na minha vida, que mudaram a minha trajetória. Para mim o Movimento é fundamental na vida das mulheres".

Marilete está ativamente presente em dois movimentos sociais: o MMC e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). A solidariedade e o olhar carinhoso e preocupado com as outras mulheres, que Marilete aprendeu a ter no Movimento de Mulheres Camponesas, ela partilha com as mulheres do MST. Ela conta que há muitas semelhanças entre os dois grupos e que eles conversam entre si. As diferenças estão principalmente nas pautas que são a base da sua formação. "O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra tem um trabalho lindo com as mulheres, mas o MMC é um movimento só de mulheres. E quando estamos do lado do marido a gente não consegue falar tudo o que gostaríamos, a gente se intimida um pouco e é diferente de um espaço só nosso. Hoje eu me incluo na luta do MST e me sinto uma assentada", conta a agricultora.



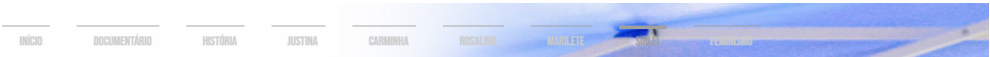


Marilete e Pedro partilham o amor pela terra e pelos movimentos sociais.

A terra é um símbolo do patriarcado. Mesmo que semeada e trabalhada diariamente pelas mulheres, é o homem da família que leva o título da terra. Após grandes mobilizações dos movimentos rurais do Brasil, a questão da desigualdade no acesso às terras passou a ser discutida. Dentro da Reforma Agrária, apenas os homens eram titulares dos lotes. A partir da Instrução Normativa nº 981 de 2003, passou a ser obrigatório que o titular da terra fosse o homem e a mulher residentes do lote, desde que estivessem em união estável ou casados. Em 2007, a Instrução Normativa nº 38 passou a beneficiar as mulheres que chefiavam famílias, dando prioridade no assentamento. Ademais, em caso de dissolução de matrimônio, o lote fica com a mulher, se esta estiver com a tutela dos filhos, dentre outras ações e benefícios para as mulheres assentadas.

Apesar dos avanços quanto à reforma agrária, muitos preconceitos ainda permeiam o MST. "Quando eu vim morar aqui, minha família falava que eu iria morar com uma pessoa que invadiu terra. Ai passamos a contar a história de quem são as famílias do Movimento e de que maneira esse espaço foi conquistado. Explicar que o fazendeiro, antigo dono de todo esse território, ganhou indenização. E que hoje as 30 famílias assentadas nessa mesma área têm produção que alimenta a sua e várias outras famílias que moram na cidade. O nosso objetivo não é ficar rico, é ter um pedacinho de chão para plantar o alimento".

Tanto no MMC como no MST, o método de combater o preconceito é convidar toda a sociedade para entender suas realidades e lutas. "O conhecimento que leva a pessoa a ter um outro olhar. Não é o que a televisão conta, é você vir aqui e conhecer o nosso espaço e é assim no MMC também. Sofremos muito com o preconceito e tentamos levar as pessoas ao conhecimento, pois assim temos um pouco de respeito", afirma Marilete.



A MÍSTICA DO MOVIMENTO

 Sem Medo de Ser Mulher 00:00 / 03:16

"Para mudar a sociedade do jeito que a gente quer participando sem medo de ser mulher."

O trecho de um dos hinos mais importantes do Movimento de Mulheres

Camponesas é entoado em todos os encontros. Ele lembra todas as participantes sobre a importância do protagonismo feminino na sociedade. A música, o teatro e a arte são elementos essenciais nas reuniões do MMC pois, além de criarem uma atmosfera de união entre as mulheres, também são ferramentas de ensino e propagação das ideias do movimento.

Sirlei Gaspareto, 58 anos, é moradora de Quilombo e uma das principais animadoras do MMC. Ela participa do Movimento desde o seu início e já contribuiu com diferentes trabalhos dentro do tripé que o dinamiza: a formação, o trabalho de base e as lutas. Sirlei é pedagoga e passou por espaços de luta através da política partidária e do cooperativismo, que foram suas fontes de sobrevivência. Mas, de acordo com ela, sua militância é mesmo no Movimento. "Num determinado momento eu fiz uma escolha e decidi que faria da minha vida, da minha história, uma perspectiva a partir de contribuir com as mulheres camponesas, e estou nesse movimento até hoje".

Em cada encontro, sejam em oficinas, em cursos, palestras e até mesmo durante as manifestações e ações de mobilização, as mulheres promovem a *mística* no início das reuniões. A *mística* é justamente este trabalho que envolve arte, como música e teatro, produzido pelas mulheres do MMC. É um momento de concentração, união, de ouvir algum ensinamento importante sobre violência contra mulher, previdência, agroecologia ou sobre outros temas que estão em pauta no Movimento. Tudo é feito de forma lúdica, sensível e assertiva. A bandeira do MMC é um elemento que não falta em nenhum encontro e é essencial durante a *mística*. Além de estar nas mãos das agricultoras e estampar as suas camisetas, às vezes, a bandeira também se encontra no chão, rodeada por sementes, flores e vegetais que as próprias mulheres do Movimento trazem de sua propriedade. Na hora que a *mística* se inicia, todas focam sua atenção e o ambiente se transforma. Os ouvidos e os olhos, muitas vezes emocionados, são invadidos pelos motivos que as levaram a estar juntas naquele lugar, carregando aquela bandeira e lutando por uma sociedade diferente.





Participantes do MMC na cidade de Quilombo durante a mística feita no Dia Internacional da Mulher em 2020.

Sirlei está quase sempre a frente dos momentos de mística, seja organizando os teatros e a poesia, ou com seu violão na mão, tocando e cantando junto com as mulheres. "Eu compreendo que a cultura, a arte, a música é um modo de vida. Quem canta, luta, quem luta, canta. A minha relação da animação dentro do Movimento de Mulheres Camponesas é com a música, com os cantos, que estão profundamente ligados com a mística que anima as mulheres. Se analisarmos os cantos do Movimento, todos eles vão falar da libertação da mulher e da transformação da sociedade. Todos eles vão transmitir uma mensagem de que a vida vale a luta e a luta vale a vida", conta Sirlei.

Por mais que a enxerguemos através dos recursos artísticos, a mística vai além do que conseguimos ver. Ela é a representação de sentimentos,

vai além do que conseguimos ver. Ela é a representação de sentimentos, de histórias, de lutas passadas e das que virão. Ela é o que move as mulheres do Movimento de Mulheres Camponesas, como explica Sirlei. "Você olha pras mulheres que plantam as sementes, que cultivam a terra, que reavivam aquela terra, olha pra elas que produzem o alimento saudável. Você começa a enxergar nela alguém que aponta para uma sociedade diferente, essa que está aí não serve para a mulher camponesa. É pela mística que nasce essa experiência. É que ela vai se tornando forte, encorajada e vai para a luta. Eu costumo sempre dar o exemplo do orvalho. A gente enxerga a grama viva, bonita pela manhã e nós não sabemos o que a faz tão bela, vigorosa. É o orvalho. O orvalho é esta motivação, é este encantamento que a mulher camponesa tem que vai se descobrindo para um outro mundo e um outro modo de viver".

Ainda há muito o que se fazer para que esse "novo mundo", tão cobiçado e discutido pelas mulheres do Movimento, seja alcançado. A luta que as agricultoras travam diariamente por um novo método de cultivo, por respeito à vida e a natureza e por direitos e reconhecimento precisa ser de todos, segundo a pedagoga. "A importância está naquilo que é o maior desafio para nós hoje: a unidade. Eu tenho insistido nisso, que os nossos movimentos sociais, populares, as organizações, as entidades, a esquerda brasileira de modo geral, nós temos que construir uma unidade. Sozinhos, isolados, nós não iremos a lugar nenhum. Nós necessitamos construir a unidade que sela a relação de campo e cidade, a perspectiva da classe trabalhadora, num profundo sentido de construir uma nova forma de vida".



da classe trabalhadora, num profundo sentido de construir uma nova forma de vida".



Legumes, frutas, sementes e outros elementos trazidos pelas agricultoras para a mística feita no dia sete de março no município de Quilombo, durante o evento do Dia Internacional da Mulher.





FEMINISMO CAMPONÊS E FEMINISMO URBANO

O feminismo que teve como berço o meio urbano, a classe média e branca, não representava as mulheres agricultoras. A partir dessa onda de identificação de pautas, a mulher rural procurou o seu lugar na sociedade. Dessa forma, uma nova vertente foi criada, a do Feminismo Camponês e Popular. A terminologia feminismo camponês é muito recente, é um feminismo que vem da prática. As mulheres agricultoras percebem que tudo o que elas fazem é feminismo, mas elas não se sentem à vontade com esse feminismo que vem da academia e nem o feminismo que é muito urbano. Elas não se reconhecem porque não abarca a pauta delas”, explica a doutora em sociologia política Karolyne Herrera.

Foi no século XX que os “feminismos” surgiram no Brasil, divididos em vertentes justamente para contemplar as mais diversas realidades femininas, levando em consideração elementos específicos de cada grupo, como a etnia e as crenças políticas e econômicas.

O Movimento de Mulheres Camponesas está presente em todo o Brasil. Muitos imaginam que a figura camponesa é apenas a mulher branca descendente de europeus, no entanto, o MMC engloba as mais diversas realidades de mulheres do país. O feminismo camponês e popular está em constante construção, no intuito de contemplar as diferentes faces da mulher rural, como explica a socióloga Valdete Boni: “O Movimento carecia de um feminismo que desse conta da diversidade e das particularidades de cada grupo de mulheres. Elas são as extrativistas, as mulheres ribeirinhas, as pescadoras, as agricultoras familiares do Nordeste, do Norte, que são realidades diferentes, sejam culturais, sejam geográficas.”



Movimento de Mulheres Camponesas no município de Quilombo, durante o evento do Dia Internacional da Mulher em 2020. A ação aconteceu no salão paroquial da cidade.

Ao passo que as mulheres urbanas tiveram avanços sociais e políticos, com o direito ao voto na década de 1930 e a Consolidação das Leis do Trabalho em 1943, as mulheres rurais continuaram tendo o seu trabalho e voz invisibilizados na sociedade. Até 1980, não tinham a sua profissão de agricultora reconhecida e em sua maioria não possuíam documentos. Atualmente, a discussão do feminismo camponês ainda é muito embasada na questão dos direitos, enquanto o feminismo urbano está com outras pautas em discussão. “O feminismo urbano está indo pela identidade e sexualidade, já o camponês está baseado ainda nos direitos. Não que o feminismo camponês esteja atrasado, mas porque são trajetórias diferentes”, endossa a socióloga Karolyne Herrera.

Apesar dos movimentos feministas terem como base a libertação da mulher contra qualquer tipo de opressão, é preciso levar em conta os tipos de violência que cada grupo de mulheres sofre. A realidade das mulheres camponesas é de maior vulnerabilidade social em comparação com a urbana, de acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU): “O contexto rural inclui elevados níveis de pobreza, menor acesso à educação superior e ao trabalho decente, menor capacitação econômica e proteção social, o que aumenta ainda mais a vulnerabilidade de mulheres que estão em relacionamentos abusivos”. De acordo com os dados do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, a região oeste foi responsável por 20% dos casos de violência contra mulher e 25,7% do total de casos de feminicídio no Estado em 2020. “Nós vivemos num país patriarcal, machista e individualista. E nós, mulheres do campo, sofremos muito. As mulheres urbanas vivem em casa, apartamentos, uns pertos dos outros, e se



muito. As mulheres urbanas vivem em casa, apartamentos, uns pertos dos outros, e se uma mulher é violentada, alguém ouve, porque nos espaços urbano a convivência é mais próxima, mas no campo a gente vive longe dos vizinhos, a gente pode gritar e ninguém nos ouve”, conta a agricultora e participante do Movimento de Mulheres Camponesas, Marilete Molinari.

A palavra “feminismo” recebeu inúmeros significados durante o tempo, criando no imaginário popular sentidos muitas vezes errôneos e preconceituosos. A agricultora e dirigente estadual do Movimento de Mulheres Camponesas Justina Cima, explica que muitas mulheres iniciam no MMC com esses pensamentos. “Se você for conversar com muitas mulheres camponesas que estão iniciando no Movimento, elas vão dizer que não são feministas. Na sociedade se constrói a ideia de que o feminismo é o contrário do machismo, de que não é bom nem ser feminista e nem ser machista, e essa é a leitura simplória da coisa. A gente tem trabalhado que o machismo não faz bem para sociedade porque ele mata, ele oprime, explora. Então o machismo não serve, nem para homens, nem para mulheres. O feminismo para nós do Movimento de Mulheres Camponesas, ele liberta, ele traz vida, ele traz dignidade”.

As mulheres, sejam urbanas ou rurais, sofrem com o machismo, com as desigualdades e preconceitos. O dia 8 de março (8M), Dia Internacional da Mulher, oficializado pela ONU na década de 1970, simboliza e reitera as lutas das mulheres contra essas violências. Todos os anos o MMC organiza eventos em todo o Brasil para trazer à população reflexões e mostrar o trabalho das mulheres camponesas. Em 2020, antes da pandemia da Covid-19, aconteceram os últimos eventos presenciais do 8M. O Movimento de Mulheres Camponesas no Oeste Catarinense promoveu diversos encontros em várias cidades do Estado. “Nas semanas que antecederam o 8 de março nós fizemos manifestações, exibição de filmes, panfletamos, fomos aos programas de rádio, rodas de conversa, fomos de casa em casa e falamos sobre as pautas das mulheres. Conseguimos chegar a um grande grupo”, conta a agricultora e participante do MMC, Marilete Molinari.



Dia Internacional da Mulher realizado em Chapecó em 2020 contou com confecção de cartazes, ônibus gratuitos que passavam nos bairros e lam até o evento, além de uma feira onde as mulheres puderam vender seus artesanatos.

No dia 8 de março de 2020, na praça Coronel Bertaso, no centro de Chapecó, centenas de pessoas ouviram as mulheres dos mais diversos grupos, unindo o rural e o urbano. A deputada estadual Luciane Carminatti, presente no ato, falou à época sobre a importância da união das mulheres: “Os atos que a gente tem hoje em 2020, aqui em Chapecó, são atos que vem de uma história de 30 anos, desde a época da ditadura. Desde a época que as mulheres urbanas e rurais começam a perceber que não pode ter um território que nos divide, porque as nossas causas são comuns”.

Agricultora e participante do MMC, Rosalina Nogueira reitera que a presença das mulheres durante as manifestações é de muita importância, pois é só através da luta que vem o êxito. “O 8 de março é um dia de luta das mulheres. Esta luta não é só do movimento feminista, das mulheres urbanas, é de todas as mulheres trabalhadoras, de Agricultora e participante do MMC, Rosalina Nogueira reitera que a presença das

chapeco, são atos que vem de uma história de 30 anos, desde a época da ditadura. Desde a época que as mulheres urbanas e rurais começam a perceber que não pode ter um território que nos divide, porque as nossas causas são comuns”.

Agricultora e participante do MMC, Rosalina Nogueira reitera que a presença das mulheres durante as manifestações é de muita importância, pois é só através da luta que vem o êxito. “O 8 de março é um dia de luta das mulheres. Esta luta não é só do movimento feminista, das mulheres urbanas, é de todas as mulheres trabalhadoras, de todas as mulheres que não conquistaram os seus direitos. A nossa presença é uma socialização do conhecimento. Nós fomos e mostramos a nossa pauta e a nossa luta, para garantir aquilo que nós já conquistamos. A luta pelos direitos iguais, pela aposentadoria, pelo salário maternidade, auxílio à doença, tudo foi conquistado pela luta das mulheres.”

